DAVAR POLISSÊMICA

O Brasil diante do espelho: cultura brasileira e formação superior[1]

Valdinei Ramos Gandra[2]
Docente da Faculdade Refidim - Joinville SC

Resumo: Este artigo propõe uma leitura interdisciplinar da cultura brasileira contemporânea e discute suas implicações para a formação superior. Parte da pesquisa Brasil no Espelho (Nunes, 2025), baseada em levantamento nacional realizado pela Quaest entre novembro e dezembro de 2023 com 9.994 entrevistados, para colocá-la em diálogo com a tradição clássica de interpretação do Brasil (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta e Darcy Ribeiro) e com sua revisão crítica contemporânea (Jessé Souza e Lilia Schwarcz), tendo como referências complementares Max Weber e Norbert Elias. A hipótese central sustenta que os dados empíricos confirmam, atualizam e tensionam as interpretações clássicas, revelando um padrão estrutural de tensões que não pode ser reduzido à ideia de incoerência cultural. Argumenta-se que a compreensão crítica dessas tensões constitui uma competência transversal para a formação profissional, uma vez que toda prática profissional se realiza sobre a mesma realidade social descrita pelos dados empíricos e pela tradição interpretativa aqui examinada.
Palavras-chave: Cultura brasileira. Formação superior. Interpretação do Brasil. Interdisciplinaridade. Brasil no Espelho.

Brazil Before the Mirror: Brazilian Culture and Higher Education

Abstract: This article proposes an interdisciplinary reading of contemporary Brazilian culture and discusses its implications for higher education. It draws on the survey *Brasil no Espelho* (Nunes, 2025), based on a nationwide study conducted by Quaest between November and December 2023 with 9,994 respondents, and places its findings in dialogue with the classical tradition of Brazilian social thought (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta, and Darcy Ribeiro) and its contemporary critical reassessment (Jessé Souza and Lilia Schwarcz), with complementary theoretical contributions from Max Weber and Norbert

Recebido em: 17 ago. 2026 Aprovado em: 11 out. 2026
DOI: https://doi.org/10.29327/2401156.20-9

[1] Texto adaptado a partir de uma aula inaugural na Faculdade IPEMIG em 03 de agosto de 2026.

[2] Estágio de Pós-Doutorado no PPG em Desenvolvimento e Sociedade (UNIARP/Caçador SC), com Bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - Fapesc (Edital N.º 25/2025). Doutor em Teologia (PUC/PR). Docente da Faculdade Refidim (Joinville SC). Sócio da SOTER. Secretário da Associação RELEP - Brasil. Vice-presidente da Associação CEHILA Brasil. CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/8390338393439166 Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6402-0559 E-mail: gandra@ceeduc.edu.br

Elias. The central argument is that the empirical evidence confirms, updates, and challenges the classical interpretations, revealing a structural pattern of tensions that cannot be reduced to the notion of cultural incoherence. The article argues that a critical understanding of these tensions constitutes a transversal competence for professional education, since every professional practice takes place within the same social reality described by the empirical findings and the interpretive tradition examined here.
Keywords: Brazilian culture. Higher education. Interpretations of Brazil. Interdisciplinarity. Brazil in the Mirror.

Brasil ante el espejo: la cultura brasileña y la educación superior

Resumen: Este artículo propone una lectura interdisciplinaria de la cultura brasileña contemporánea y analiza sus implicaciones para la educación superior. Toma como punto de partida la investigación *Brasil no Espelho* (Nunes, 2025), basada en una encuesta nacional realizada por Quaest entre noviembre y diciembre de 2023 con 9.994 entrevistados, y pone sus resultados en diálogo con la tradición clásica de interpretación del Brasil (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta y Darcy Ribeiro) y con su revisión crítica contemporánea (Jessé Souza y Lilia Schwarcz), incorporando además las contribuciones teóricas de Max Weber y Norbert Elias. La hipótesis central sostiene que los datos empíricos confirman, actualizan y tensionan las interpretaciones clásicas, revelando un patrón estructural de tensiones que no puede reducirse a la idea de incoherencia cultural. Se argumenta que la comprensión crítica de estas tensiones constituye una competencia transversal para la formación profesional, ya que toda práctica profesional se desarrolla sobre la misma realidad social descrita por los datos empíricos y por la tradición interpretativa aquí examinada.
Palabras clave: Cultura brasileña. Educación superior. Interpretaciones del Brasil. Interdisciplinariedad. Brasil no Espelho.

Introdução

Existe um objeto de conhecimento suficientemente abrangente para interessar a estudantes de diferentes áreas e, ao mesmo tempo, suficientemente concreto para escapar às generalidades que costumam marcar os discursos sobre formação universitária? A questão pode parecer apenas pedagógica, mas possui implicações mais amplas. Toda prática profissional se realiza sobre uma realidade social determinada e pressupõe alguma compreensão da sociedade na qual se insere. A hipótese desenvolvida neste artigo é que a cultura brasileira constitui um desses objetos comuns. Compreendida como o conjunto de valores, crenças, formas de sociabilidade, hierarquias e disputas simbólicas historicamente constituídas, ela oferece um horizonte compartilhado para profissionais que atuarão em campos distintos, mas sobre uma mesma

realidade social. Foi essa questão, inicialmente formulada em uma aula inaugural dirigida a estudantes de diferentes cursos de graduação, que motivou a reflexão aqui desenvolvida.

O objetivo deste artigo é fundamentar essa hipótese por meio do diálogo entre uma pesquisa empírica recente e uma tradição interpretativa consolidada ao longo de quase um século. O ponto de partida é a pesquisa "Brasil no Espelho", publicada em 2025 pelo cientista político Felipe Nunes, diretor da Quaest. O levantamento reúne 9.994 entrevistas realizadas entre novembro e dezembro de 2023, distribuídas por 340 municípios das 27 unidades da Federação, e organiza seus resultados em 37 índices agrupados em onze dimensões, entre elas religiosidade, família, identidade nacional, honestidade, meritocracia, discriminação, sexualidade, insegurança, confiança, comportamento social e ideologia (Nunes, 2025, p. 8-9).

A hipótese central é que esses resultados não apenas oferecem confirmação para interpretações formuladas por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta e Darcy Ribeiro, mas também evidenciam os limites dessas mesmas interpretações quando confrontadas com a crítica contemporânea desenvolvida por autores como Jessé Souza e Lilia Schwarcz. O diálogo entre essas diferentes perspectivas não produz um retrato uniforme da sociedade brasileira. Ao contrário, revela uma configuração marcada por tensões permanentes, na qual convivem valores que dificilmente seriam conciliados por uma lógica estritamente formal. A mesma sociedade que reconhece a existência do racismo distribui desigualmente sua percepção; desconfia do Estado no plano do discurso, mas dele depende na prática; manifesta preocupação com a violência, sem que isso resulte, necessariamente, em apoio às soluções armamentistas. Argumenta-se, portanto, que essa coexistência de valores não constitui uma anomalia da vida social brasileira. Ela integra o contexto no qual atuará qualquer profissional formado no país, independentemente de sua área de formação.

Este artigo assume a forma de um ensaio teórico-interpretativo. Seu procedimento consiste em colocar em diálogo duas tradições distintas de produção do conhecimento. A primeira corresponde à tradição clássica da interpretação do Brasil, desenvolvida entre 1933 e 1995. A segunda reúne pesquisas de opinião de grande escala, representadas aqui por Brasil no Espelho. O procedimento adotado consiste em confrontar os principais achados empíricos com as interpretações clássicas e contemporâneas que oferecem maior capacidade explicativa, procurando identificar, ao mesmo tempo, aquilo que cada uma delas esclarece e aquilo que deixa em aberto quando confrontada com questões de classe, raça e gênero.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresenta a pesquisa Brasil no Espelho, descrevendo sua estrutura metodológica e discutindo alguns de seus principais resultados. A segunda revisita as interpretações de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta e Darcy Ribeiro, colocando-as em diálogo com esses achados empíricos e com contribuições de Max Weber e Norbert Elias. A terceira examina os limites dessas interpretações à luz da crítica desenvolvida por Jessé Souza e Lilia Schwarcz. A quarta retorna ao problema que deu origem a este estudo e sustenta que a compreensão crítica da cultura brasileira constitui uma competência transversal, necessária a profissionais de qualquer área que atuarão sobre a realidade social descrita tanto pela tradição interpretativa quanto pelas pesquisas contemporâneas.

1 O espelho como dispositivo metodológico

Por que tomar como ponto de partida um espelho, e não um retrato? A distinção não é meramente retórica. Todo retrato envolve uma interpretação: alguém decide o enquadramento, a iluminação e os traços que deseja destacar. O espelho, ao menos em sua pretensão, apenas devolve aquilo que está diante dele, sem mediação autoral. É essa a imagem adotada pelo próprio Nunes (2025, p. 8) para caracterizar sua pesquisa. Segundo o autor, Brasil no Espelho não apresenta uma interpretação do Brasil elaborada por quem a escreveu, mas procura mostrar como os próprios brasileiros, em sua diversidade, percebem a si mesmos e ao país em que vivem.

A pesquisa foi realizada pela agência Quaest entre novembro e dezembro de 2023. Reuniu 9.994 entrevistados com mais de dezesseis anos, distribuídos por 340 municípios das 27 unidades da federação, número aproximadamente cinco vezes superior ao de um levantamento de opinião convencional (Nunes, 2025, p. 8). A amostra foi estratificada por região, sexo, faixa etária, escolaridade, renda e religião. Nesta última dimensão, a pesquisa distingue dezessete categorias, permitindo diferenciar denominações evangélicas, católicos praticantes e não praticantes e religiões de matriz africana (Nunes, 2025, p. 9). Outro aspecto merece destaque. Em vez de adotar classificações geracionais amplamente difundidas, como baby boomers ou geração Z, Nunes (2025, p. 9) organiza os grupos etários a partir de marcos da história brasileira — Geração Bossa Nova (1945-1964), Geração Ordem e Progresso (1965-1984), Geração Redemocratização (1985-1999) e Geração.Com (2000-2009). A escolha não é apenas terminológica. Ela já sinaliza uma preocupação em interpretar a sociedade brasileira por meio de categorias construídas a partir de sua própria trajetória histórica, e não simplesmente importadas de outros contextos, questão que será retomada na quarta seção.

A partir dessa amostra, a pesquisa constrói um conjunto de 37 índices, organizados em onze dimensões: religiosidade, família, identidade nacional, honestidade, meritocracia, discriminação, sexualidade, insegurança, confiança, comportamento social e ideologia (Nunes, 2025, p. 9). Sua principal contribuição não está na adoção de um método inteiramente novo, mas na amplitude e na atualidade da base empírica, que permitem examinar diferenças internas da sociedade brasileira com um nível de detalhamento raramente alcançado por levantamentos dessa natureza.

Entre os doze achados sintetizados pelo próprio autor (Nunes, 2025, p. 249-260), seis interessam diretamente ao argumento desenvolvido neste artigo. O primeiro diz respeito à permanência da fé e da família como referências centrais da sociedade brasileira. Noventa e seis por cento dos entrevistados afirmam acreditar que Deus está por trás do que lhes acontece, e 86% consideram que a fé vale mais do que a ciência (Nunes, 2025, p. 249). Essa permanência, contudo, convive com mudanças significativas na composição do campo religioso. Segundo o Censo Demográfico, a proporção de católicos passou de 74% da população, em 2000, para 56,7% em 2022, enquanto a de evangélicos aumentou de 15,1% para 26,9% no mesmo período (Nunes, 2025, p. 249-250).

O segundo achado refere-se à percepção do racismo. A maioria reconhece que o Brasil é um país racista, mas essa percepção distribui-se de forma desigual. Diante da afirmação de que o Brasil seria uma "democracia racial", 51% dos homens brancos concordam, contra 36% das mulheres pretas. Quando a questão envolve a atuação policial, 83% das mulheres pretas afirmam que pessoas negras recebem tratamento pior do que pessoas brancas, percentual que cai para 64% entre os homens brancos (Nunes, 2025, p. 57-61).

O terceiro achado evidencia as tensões presentes no campo dos costumes. Embora 71% dos entrevistados considerem a homossexualidade injustificável, 64% afirmam que casais homoafetivos podem ser pais tão bons quanto casais heterossexuais, e metade declara apoiar o casamento entre pessoas do mesmo sexo (Nunes, 2025, p. 47, 53, 251-252). As mesmas pessoas podem sustentar posições que, do ponto de vista da lógica formal, pareceriam incompatíveis.

O quarto achado concentra-se no trabalho. A pesquisa descreve aquilo que denomina empreendedorismo de exaustão. Oitenta e quatro por cento dos entrevistados afirmam depender de mais de uma atividade para complementar a renda, enquanto 83% manifestam o desejo de ter um negócio próprio e deixar de trabalhar para um patrão. Mais do que uma vocação empreendedora, esses dados sugerem uma estratégia de enfrentamento diante da precarização das condições de trabalho (Nunes, 2025, p. 70-71).

O quinto achado revela níveis muito baixos de confiança interpessoal. Em uma escala de zero a dez, a média nacional alcança apenas 2,5, e somente 6% dos entrevistados afirmam que se pode confiar na maioria das pessoas (Nunes, 2025, p. 252-253).

O sexto e último achado desfaz uma associação frequente entre punitivismo e armamentismo. Embora exista amplo apoio à redução da maioridade penal e ao endurecimento das penas, apenas 21% defendem facilitar a compra e a posse de armas (Nunes, 2025, p. 139-140, 251).

Se esse conjunto de resultados tivesse de ser resumido em uma única palavra, essa palavra seria tensão. Não se trata de um antagonismo destinado a ser resolvido, mas da coexistência relativamente estável, no mesmo grupo social e, muitas vezes, na mesma pessoa, de valores que uma lógica estritamente formal tenderia a considerar incompatíveis. O conjunto desses achados não configura, portanto, um retrato coerente do país, mas tampouco um retrato incoerente. Revela uma sociedade marcada por tensões constitutivas, que atravessam diferentes dimensões da vida social e resistem a explicações unilaterais. Os dados, contudo, não interpretam a si mesmos. É justamente por isso que as duas seções seguintes retomam a tradição clássica da interpretação do Brasil, buscando compreender de que maneira esses autores procuraram nomear tensões que continuam presentes na sociedade brasileira contemporânea.

2 Diálogo com os clássicos da interpretação do Brasil

É significativo, e merece registro metodológico, que o próprio Nunes (2025, p. 5-6) reconheça, na introdução de Brasil no Espelho, sua dívida com Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Roberto DaMatta e Darcy Ribeiro, autores aos quais atribui o estabelecimento das bases conceituais que, ainda hoje, mobilizamos para pensar o país. O livro, portanto, não se apresenta como substituto dos clássicos, mas como atualização empírica de muitas de suas hipóteses. É essa também a perspectiva adotada neste artigo. Para fins expositivos, essa tradição pode ser reorganizada em torno de quatro perguntas que, cada uma a seu modo, esses autores procuraram responder: quem somos nós, como nos relacionamos, por que convivemos com tanta naturalidade entre regras gerais e soluções particulares e se o Brasil está pronto ou permanece uma sociedade em formação.

À primeira pergunta — quem somos nós? — Freyre (1933), em Casa-Grande & Senzala, respondeu tomando a experiência colonial da plantation açucareira como matriz da formação brasileira. A miscigenação, compreendida não apenas em seu aspecto biológico, mas sobretudo cultural, teria produzido uma sociedade estruturalmente híbrida, marcada pela proximidade entre

grupos profundamente desiguais. Dessa interpretação decorreu a associação de sua obra à ideia de democracia racial, embora essa identificação seja mais complexa do que frequentemente se supõe. É precisamente nesse ponto que os dados apresentados por Nunes introduzem uma tensão relevante. A maioria dos brasileiros reconhece a existência do racismo, mas esse reconhecimento distribui-se de maneira desigual entre os diferentes grupos sociais. A crença na democracia racial permanece mais presente justamente entre homens brancos, enquanto diminui significativamente entre mulheres negras (Nunes, 2025, p. 57-61). Como demonstrou Araújo (1994), a obra de Freyre é mais ambígua do que a leitura que a transformou em fundamento da democracia racial. Os dados atuais reforçam essa ambiguidade e ajudam a compreender por que sua interpretação continua produzindo debates.

À segunda pergunta — como nos relacionamos? — responde Buarque de Holanda (1995), com sua conhecida noção de homem cordial, conceito frequentemente confundido com gentileza, embora descreva justamente a dificuldade de separar a esfera pública da esfera privada. Em vez da impessoalidade característica das instituições modernas, prevalecem relações mediadas pelo afeto, pela proximidade e pelos vínculos pessoais. Dessa indistinção nasce o patrimonialismo, isto é, a apropriação do público por interesses privados que atravessa a administração, a política e a gestão organizacional brasileiras. Os resultados da pesquisa sugerem, contudo, um deslocamento nessa gramática. Cresce entre os brasileiros a expectativa de impessoalidade nos serviços públicos, traduzida na valorização de regras claras, filas únicas e procedimentos padronizados (Nunes, 2025, p. 253). O homem cordial, portanto, não desapareceu; aprendeu, isso sim, a exigir também eficiência.

À terceira pergunta — por que convivemos entre regras gerais e soluções particulares? — responde DaMatta (1985; 1997). Segundo sua interpretação, a sociedade brasileira articula duas gramáticas simultâneas: a gramática igualitária das leis e das instituições modernas e a gramática hierárquica das relações pessoais, sintetizada na expressão "sabe com quem está falando?". O jeitinho brasileiro constitui precisamente o mecanismo de mediação entre essas duas lógicas, permitindo contornar a norma sem necessariamente negá-la. Os resultados de Nunes (2025, p. 253) sugerem que essa mediação continua presente, embora em novas condições. A crescente exposição pública proporcionada pelas redes sociais reduziu a tolerância a privilégios percebidos como injustos, sem eliminar a valorização do jeitinho quando este aparece como criatividade ou estratégia legítima de sobrevivência. A tensão descrita por DaMatta permanece, mas passa a operar em um ambiente de maior vigilância pública.

À quarta pergunta — o Brasil está pronto? — Darcy Ribeiro (1995) responde com uma categoria que atravessa toda a sua interpretação: a de povo novo. O Brasil não resulta da expansão de uma etnia originária, mas de um longo processo de fusões, violências e recriações envolvendo matrizes indígenas, africanas e europeias. Por isso, não constitui uma sociedade acabada, mas uma formação histórica em permanente elaboração. Essa hipótese ajuda a compreender um dos resultados mais expressivos da pesquisa de Nunes: as diferenças geracionais aparecem menos como ruptura do que como momentos distintos de um mesmo processo histórico. A maior abertura da Geração.Com para tensionar valores tradicionais, quando comparada à Geração Bossa Nova (Nunes, 2025, p. 256-258), sugere precisamente esse caráter inacabado da sociedade brasileira.

A leitura desses resultados ganha profundidade quando colocada em diálogo com Weber e Elias. Weber (2004) mostrou que determinadas formas de religiosidade favorecem disposições relativamente estáveis diante do trabalho, da responsabilidade e do mérito. Não se trata de uma relação causal simples, mas da formação de gramáticas culturais duradouras. Essa perspectiva ajuda a compreender por que religiosidade elevada e valorização do mérito aparecem associadas na pesquisa de Nunes. Elias (1994), por sua vez, desloca a questão para outro plano. Seu conceito de processo civilizador evidencia que a incorporação de formas impessoais de convivência ocorre lentamente e de maneira desigual. A experiência brasileira, marcada pela escravidão e por uma modernização descontínua, ajuda a compreender por que normas universais continuam convivendo com relações pessoais e hierárquicas, sem que uma elimine completamente a outra.

O que importa reter desse percurso não é uma sucessão de autores, mas um modo de formular o problema. Cada uma dessas interpretações identificou, décadas antes da pesquisa de Nunes, estruturas de longa duração da sociedade brasileira que os dados atuais continuam permitindo reconhecer, ainda que sob novas configurações. A ambiguidade racial observada por Freyre, o patrimonialismo descrito por Buarque de Holanda, a dupla gramática analisada por DaMatta, o inacabamento enfatizado por Darcy Ribeiro, a afinidade entre religião e disposições sociais destacada por Weber e a longa duração dos processos civilizadores estudados por Elias não explicam isoladamente o Brasil contemporâneo. Em conjunto, ajudam a compreender por que mudanças importantes convivem com permanências igualmente significativas. É justamente essa tensão entre continuidade e transformação que prepara a discussão da seção seguinte, dedicada aos limites dessas interpretações clássicas quando confrontadas com a crítica contemporânea.

3 Por que os clássicos não bastam: atualizações contemporâneas

Se os autores clássicos continuam oferecendo categorias indispensáveis para compreender a sociedade brasileira, isso não significa que suas interpretações sejam suficientes. A pesquisa de Nunes confirma muitos dos processos que eles identificaram, mas também evidencia aspectos que permaneceram pouco elaborados em suas obras, especialmente aqueles relacionados às desigualdades de classe e às hierarquias raciais. A crítica contemporânea não substitui essa tradição interpretativa. Ela a desloca, mostrando os pontos em que suas categorias continuam fecundas e aqueles em que já não explicam satisfatoriamente a realidade brasileira.

É nesse contexto que se insere a contribuição de Jessé Souza (2009; 2017). Dialogando criticamente com Freyre e DaMatta e recorrendo aos conceitos de capital cultural, capital social e habitus formulados por Bourdieu, Souza sustenta que parte da tradição interpretativa privilegiou disposições culturais relativamente estáveis, deixando em segundo plano os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais. Em vez de explicar a persistência da exclusão por características como cordialidade ou jeitinho, propõe compreendê-la a partir da formação histórica de uma subcidadania, herdeira direta da escravidão e privada das condições mínimas de reconhecimento social e de acesso ao capital cultural. Os resultados da pesquisa de Nunes dialogam diretamente com essa hipótese. Entre todos os grupos investigados, as mulheres pretas são as únicas que apoiam majoritariamente as cotas raciais nas universidades — 54%, contra 48% dos homens pretos e 41% dos homens brancos (Nunes, 2025, p. 58-59). A desigualdade tende a ser percebida com maior nitidez justamente por aqueles que a experimentam cotidianamente.

A crítica desenvolvida por Schwarcz (1993; Schwarcz; Starling, 2015) desloca o problema para outro plano, ao reconstruir historicamente a formação das teorias raciais no Brasil. Seu trabalho mostra como categorias apresentadas durante muito tempo como científicas serviram para legitimar hierarquias sociais e raciais cuja violência hoje se torna mais evidente. Não por acaso, o próprio Nunes (2025, p. 57) recorre a Schwarcz para interpretar um dos padrões identificados por sua pesquisa. Já em 1996, a autora havia observado que os brasileiros reconheciam amplamente a existência do racismo, mas raramente se identificavam como racistas. Apenas 3% dos entrevistados admitiam possuir preconceito, embora 95% afirmassem conhecer alguém preconceituoso. Os dados atuais indicam que essa estrutura permanece. A persistência desse padrão sugere que o racismo brasileiro não se sustenta pela ausência de explicações, mas pela permanência de interpretações capazes de ocultar seu próprio funcionamento sob a linguagem da cordialidade e da miscigenação.

Outras contribuições ajudam a completar esse quadro. Carvalho (2001) caracteriza a cidadania brasileira como historicamente incompleta, construída mais pela ação do Estado do que pela mobilização da sociedade. Essa perspectiva ajuda a compreender por que a pesquisa de Nunes identifica uma população que, ao mesmo tempo, manifesta forte desconfiança em relação às instituições públicas e espera delas proteção e acolhimento, numa relação distinta do antiestatismo característico da tradição política norte-americana (Nunes, 2025, p. 259). Em outra direção, Vianna (1999) interpreta o desenvolvimento brasileiro como um processo de modernização conservadora, no qual mudanças econômicas aceleradas convivem com permanências profundas na organização das relações sociais. Essa hipótese ilumina um dos aspectos mais significativos da pesquisa de Nunes: transformações importantes nos costumes coexistem com desigualdades persistentes na distribuição de poder, renda e oportunidades.

O diálogo entre essas diferentes interpretações permite compreender por que a cultura brasileira continua exigindo uma dupla perspectiva analítica. Os autores clássicos permanecem indispensáveis porque identificaram estruturas cuja permanência os dados atuais continuam revelando. A crítica contemporânea, por sua vez, mostra que essas mesmas estruturas já não podem ser compreendidas sem considerar os efeitos produzidos pelas desigualdades de classe, raça e gênero. Não se trata, portanto, de escolher entre duas tradições interpretativas, mas de reconhecer que ambas se tornam mais fecundas quando lidas em conjunto. É justamente essa articulação que permite retornar ao problema que deu origem a este artigo: quais competências uma formação universitária deve desenvolver para preparar profissionais capazes de compreender criticamente a sociedade na qual irão atuar.

4 Da teoria à prática: a cultura brasileira como competência transversal na formação superior

Resta perguntar qual é a consequência prática do percurso desenvolvido até aqui. A resposta proposta neste artigo não parte das especificidades de cada profissão, mas daquilo que todas compartilham. Independentemente da área de formação, toda prática profissional se realiza sobre uma mesma realidade social. Antes de atuar sobre objetos, técnicas ou procedimentos específicos, todo profissional atua sobre pessoas concretas, situadas na cultura brasileira. É nesse sentido que a compreensão crítica dessa cultura deixa de constituir um conhecimento especializado das Ciências Humanas para tornar-se uma competência transversal da formação superior.

Esse brasileiro concreto reúne, frequentemente na mesma pessoa, disposições que uma lógica puramente formal tenderia a considerar

incompatíveis. Crê que Deus acompanha sua história e, ao mesmo tempo, afasta-se progressivamente da tradição religiosa em que foi socializado. Reconhece a existência do racismo, mas raramente se identifica como participante dele. Desaprova moralmente determinados comportamentos e, ainda assim, reconhece os direitos civis de quem os pratica. Empreende menos por vocação do que por necessidade. Desconfia das instituições, mas espera delas proteção. Defende respostas penais mais severas, embora rejeite a ampliação do acesso às armas. Essa coexistência de valores não constitui uma anomalia da sociedade brasileira. Ela integra sua própria estrutura cultural, tal como os dados discutidos ao longo deste artigo permitem observar. É esse brasileiro — e não uma versão simplificada, coerente ou previsível dele — que o gestor de pessoas irá coordenar, o assistente social acompanhará, o professor encontrará em sala de aula, o pastor aconselhará, o policial abordará, o publicitário buscará compreender, o bibliotecário atenderá. Muda a natureza da intervenção profissional, mas permanece a mesma realidade humana sobre a qual ela incide.

A consequência desse percurso é menos pedagógica do que epistemológica. Se toda intervenção profissional incide sobre sujeitos concretos, compreender a cultura na qual esses sujeitos vivem deixa de ser um conhecimento acessório. Torna-se condição para interpretar adequadamente os problemas sobre os quais cada profissão atua. A pesquisa de Nunes e a tradição interpretativa brasileira, lidas em conjunto, mostram que essa cultura não pode ser reduzida a estereótipos nem compreendida por categorias isoladas. Ela exige uma leitura capaz de articular permanências e mudanças, estruturas históricas e transformações recentes. É nesse sentido que o estudo da cultura brasileira deixa de constituir patrimônio exclusivo das Ciências Humanas para afirmar-se como competência transversal da formação superior. Não porque todas as profissões enfrentem os mesmos problemas, mas porque todas exercem sua prática na mesma sociedade.

Considerações Finais

A questão que orientou este artigo admitia uma resposta relativamente simples, embora sua demonstração exigisse um percurso mais amplo. Procurou-se mostrar que a cultura brasileira contemporânea pode constituir um objeto comum de formação para cursos superiores muito distintos entre si, não porque elimine as especificidades de cada profissão, mas porque todas elas atuam sobre a mesma realidade social. Compreendida como um sistema de valores, práticas e representações historicamente constituído, essa realidade atravessa igualmente o trabalho do administrador, do assistente social, do professor, do bibliotecário, do profissional da segurança pública ou do teólogo.

O percurso desenvolvido sustentou essa hipótese em três movimentos complementares. A pesquisa Brasil no Espelho (Nunes, 2025) ofereceu uma base empírica ampla e atualizada para descrever os valores e tensões presentes na sociedade brasileira. O diálogo com a tradição interpretativa mostrou que muitos desses padrões haviam sido identificados décadas antes por autores como Freyre, Buarque de Holanda, DaMatta, Darcy Ribeiro, Weber e Elias. A crítica contemporânea, por sua vez, evidenciou que essas interpretações permanecem insuficientes quando desconsideram os efeitos produzidos pelas desigualdades de classe e raça, exigindo o diálogo com autores como Jessé Souza e Lilia Schwarcz.

O resultado desse percurso não foi a confirmação integral da tradição clássica nem sua superação. Os dados empíricos sustentam muitas das estruturas descritas por esses autores, ao mesmo tempo que revelam os limites de interpretações formuladas em contextos históricos distintos. A principal consequência desse diálogo consiste precisamente em mostrar que permanência e transformação não constituem alternativas excludentes. A sociedade brasileira preserva estruturas de longa duração, mas elas assumem configurações novas quando observadas à luz das transformações recentes e das críticas contemporâneas.

Essa conclusão possui uma consequência que motivou originalmente este estudo. Se a cultura brasileira é marcada pela convivência de valores frequentemente tensionados, a competência profissional para atuar nela não pode restringir-se ao domínio técnico. O exercício de qualquer profissão exige compreender os sujeitos concretos sobre os quais essa prática incide. Ignorar essa dimensão significa correr o risco de interpretar como exceção aquilo que constitui um traço recorrente da própria sociedade brasileira.

Essa exigência remete a uma distinção que merece ser preservada. Informação e formação não são equivalentes. O acesso à informação tornou-se cada vez mais amplo e imediato. Formação, porém, consiste na capacidade de interpretar criticamente essa informação, reconhecer seus pressupostos e articulá-la em uma compreensão consistente da realidade. A aproximação entre tradição hermenêutica e pesquisa empírica proposta neste artigo pretende contribuir justamente para esse exercício, mostrando que os dados ganham significado quando colocados em diálogo com interpretações capazes de situá-los historicamente, e que essas interpretações permanecem vivas apenas quando confrontadas pelas evidências produzidas pela pesquisa.

O argumento desenvolvido conduz, por fim, a uma implicação que ultrapassa o caso específico que lhe deu origem. A incorporação transversal do estudo da cultura brasileira na formação superior pode ampliar a capacidade de futuros profissionais compreenderem a sociedade na qual exercerão sua

atividade. Essa incorporação não depende da criação de uma disciplina específica, mas da construção de percursos formativos capazes de integrar tradição interpretativa, investigação empírica e reflexão crítica. Permanecem abertas, nesse sentido, questões que este estudo apenas indica. Entre elas, destacam-se a análise de como essa integração já ocorre nos currículos do ensino superior brasileiro e a investigação de seus possíveis efeitos sobre a prática profissional.

Referências

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
NUNES, Felipe. *Brasil no espelho: um guia para entender o Brasil e os brasileiros*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2025.
RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.